

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIANA ALVES DE SOUSA

MULHERES NEGRAS NA MÍDIA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Uberlândia – MG

2017

MARIANA ALVES DE SOUSA

MULHERES NEGRAS NA MÍDIA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais – INCIS como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Lopes Petean.

Uberlândia – MG

2017

MARIANA ALVES DE SOUSA

MULHERES NEGRAS NA MÍDIA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais – INCIS como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Lopes Petean.

MARIANA ALVES DE SOUSA

Monografia apresentada em 28 de Junho de 2017.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lopes Petean (UFU)

1º Examinadora: Profª Drª Marili Peres Junqueira (UFU)

2º Examinadora: Profª Drª Vanessa Matos dos Santos (UFU)

RESUMO

O racismo é um problema estrutural que acomete a população negra no Brasil desde a era colonial. Tanto no cotidiano social quanto na mídia, podemos perceber expressões dessa opressão. Por esse motivo, o tema do presente trabalho foi escolhido com o escopo de problematizar o racismo sob o recorte da expressão desse preconceito sobre as mulheres negras na mídia, fazendo uma abordagem sobre como a trajetória do feminismo negro e interseccional influenciou para trazer à tona a discussão sobre o racismo, machismo e sexismo que as mulheres negras carregam ao serem expostas na mídia que atua na tentativa de expressar uma representatividade que não ocorre de maneira contemplativa a essas mulheres. Além disso, também é abordada a forma como essas instâncias midiáticas marginalizam e reproduzem a violência simbólica sobre os corpos negros femininos, contribuindo para a manutenção de um imaginário social repleto de padrões sociais. Por fim, é mencionada a problemática dos ataques racistas nas redes sociais e as considerações finais do trabalho, que aponta possíveis ações para garantir, de fato, uma representação digna às mulheres negras na mídia. O trabalho se trata de uma pesquisa qualitativa cuja bibliografia foi baseada em autoras e autores que apresentavam contribuições para fomentar a discussão sobre o tema escolhido.

Palavras-chave: Racismo. Mídia. Mulheres negras. Feminismo. Interseccionalidade.

ABSTRACT

In Brazil, racism is a structural problem that affects the black population since colonial times. This form of discrimination manifests itself in a clear manner, both in the media and in social reality. Therefore, the authors of this paper sought out to question and inspect the expressions of racism against black women as depicted in media outlets. In order to accomplish their goal, they studied the trajectory of both black and intersectional feminism, and how they inspired a discussion on instances of racism, *machismo*, and sexism perpetrated on said group of women, who the media exposes in an attempt to express a somewhat restricted sense of representativeness, that does not fully contemplate such community. Furthermore, the paper also tackles the ways these outlets marginalize and depict the symbolic violence inflicted on black female bodies, which contribute to the maintenance of a social imaginary rich in social standards. Finally, the authors tackle racist attacks on social media, and point potential actions that might ensure a better depiction to black women. Regarding the methodology, the paper is presented as a qualitative research, conducted based on a bibliography consisting of authors that have made substantial contributions to the theme in hand.

Keywords: Racism. Media. Black women. Feminism. Intersectionality.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 07 |
| 2. A TRAJETÓRIA DO FEMINISMO EM RELAÇÃO À QUESTÃO RACIAL NO BRASIL | 10 |
| 3. O MOVIMENTO INTERSECCIONAL E O FEMINISMO NEGRO COMO PRECURSORES DA REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS ... | 16 |
| 3.1. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A MARGINALIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS | 22 |
| 4. A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERPETUAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MULHERES NEGRAS | 24 |
| 4.1. OS ATAQUES RACISTAS NAS REDES SOCIAIS | 31 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 33 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 35 |

1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido para o presente trabalho decorre do interesse em estudar o racismo vigente em nossa sociedade, considerando a análise de um sistema social capitalista moderno que ainda contém heranças tradicionais. Nesse sentido, visa-se a problematizar como a mídia atua na perpetuação do racismo e na não representatividade de mulheres negras.

O trabalho é dividido em introdução, três capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo “A trajetória do feminismo em relação à questão racial no Brasil” explana as três ondas do feminismo, a fim de evidenciar a trajetória das mulheres negras na militância do movimento feminista e com o escopo de problematizar a ausência de representatividade da questão nos meios sociais.

No segundo capítulo, “O movimento interseccional e o feminismo negro como precursores da representatividade das mulheres negras”, menciona-se as contribuições do movimento interseccional e do feminismo negro como os principais vetores de atuação de mulheres negras no campo da militância; além disso, realiza-se uma discussão sobre o colorismo como prática racista, que coloca a população negra numa posição de vítima ao sustentar que há a possibilidade de ser “menos negro” por ter um tom de pele mais claro. Por fim, o capítulo aborda a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho.

O item do segundo capítulo, “A violência simbólica e a marginalização das mulheres negras”, narra a violência simbólica e a marginalização às quais as mulheres negras são submetidas constantemente na sociedade brasileira, em função das heranças do período colonial e da representação feita pela mídia televisiva.

Percebemos que a mídia instituiu padrões idealizados de comportamento e estéticos, que devem ser adotados pelos corpos, e que tudo o que não se encaixa neles passa a ser marginalizado. Sendo assim, o terceiro capítulo denominado “A influência da mídia na perpetuação dos estereótipos sobre as mulheres negras” discorre sobre como a mídia interfere no modo como as mulheres negras são discriminadas por meio da perpetuação dos estereótipos criados e reproduzidos socialmente.

O item do terceiro capítulo “Os ataques racistas nas redes sociais” aborda como o racismo tem sido propagado pela internet e pelas redes de sociabilidade virtual.

Octavio Ianni (1991), em seu texto “A crise de paradigmas na Sociologia”, constatou que a responsabilidade – ou ausência dela – pela crise mundial pode ou não ser partidária:

Desde o término da segunda guerra mundial e em nossa escala crescente nas décadas posteriores, esse é um problema cada vez mais central nos debates. Além dos êxitos reais ou aparentes, das modas que se sucedem, dos desenvolvimentos afetivos, do ensino, da pesquisa, da produção de ensaios e monografias, em manuais e tratados, subsiste a controvérsia sobre a crise da explicação na Sociologia (IANNI, 1991, p. 195).

Com base no texto “O novo movimento teórico”, de Jeffrey Pierre Alexander (1986), analisamos que, neste presente histórico, várias ocasiões conduzem às crises, tanto financeiras quanto epidêmicas, neurológicas e psicológicas ou até mesmo terroristas, pois fatores microssociais e macrossociais interferem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária de fato:

A teoria sociológica vive um momento crucial. Os outrora jovens opositores da teoria funcionalista chegam à meia idade. Suas lições polêmicas foram apreendidas; como tradições consagradas, porém, suas limitações teóricas tornaram-se cada vez mais visíveis. A desesperança em face da crise da sociologia marcou o nascimento da era pós-funcionalista. Agora, quando a própria fase pós-funcionalista está chegando ao fim, percebe-se não uma crise, mas uma encruzilhada, um momento decisivo ansiosamente esperado (ALEXANDER, P., 1986: 1).

É possível notar que, em decorrência da xenofobia, imigrantes que vêm ao Brasil, como haitianos e senegaleses – cujos objetivos são alcançar melhores empregos e condições de vida, trabalho e subsistência humana fora das guerrilhas existentes mundialmente -, encontram no país mais rechaças do que acolhimento.

Notamos que as crises – tanto sociais como individuais – decorrem de intolerâncias e da ausência do exercício da *práxis* no ato da desconstrução de preconceitos, afetando as populações desprivilegiadas socialmente. Nesse caso, as mulheres e as populações negra e LGBT (acrônimo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, usado para citar indivíduos que não são heterossexuais ou cisgênero) seguem em uma luta em prol do bem-estar, contra a violência simbólica e física e pelo bem viver.

Assim, essas populações acabam sendo marginalizadas na maioria dos âmbitos sociais, em função da “violência simbólica” velada da mídia. Observamos que, para além da realidade, nas telenovelas brasileiras, mulheres negras são amplamente desqualificadas. Atualmente, as instâncias midiáticas parecem procurar romper com os estigmas, mas em

contrapartida, a sociedade segue disseminando preconceitos sobre corpos negros e “femininos”. Esse é um exemplo das trajetórias históricas e culturais, marcadas pela herança do patriarcado, escravismo, eurocentrismo etc.

O feminismo negro interseccional, proveniente das mobilizações e dos estudos de feministas negras norte-americanas, caribenhas e também brasileiras, surgiu a fim de problematizar todas as pautas relativas à realidade social das mulheres negras. Esse movimento em voga também se mostra muito influente por evidenciar e problematizar esses processos de discriminações e preconceitos por meio da análise da representação feita de tais mulheres na imprensa brasileira.

2. A TRAJETÓRIA DO FEMINISMO EM RELAÇÃO À QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

De acordo com a escritora francesa feminista Simone de Beauvoir¹ (1949), em sua obra “O segundo sexo”, a trajetória histórica do feminismo está pautada no questionamento sobre a identidade do “ser mulher”. Segundo Djamila Ribeiro (2014), feminista e pesquisadora na área de Filosofia Política, em seu texto “As Diversas Ondas do Feminismo Acadêmico”, Beauvoir desnaturalizou o “ser mulher” ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se”. Com base nisso, Beauvoir difere “gênero” – que se refere a uma construção social entre masculino e feminino – e “sexo” – que se refere ao aspecto biológico –, denotando que as mulheres não aderem a determinados valores e comportamentos sociais biologicamente. Nesse sentido, Ribeiro (op. cit.) considera que a diferenciação entre sexo e gênero foi uma das bases para iniciar a política feminista, uma vez que, sendo o gênero uma construção social, trata-se de um elemento imposto às mulheres, que assumem o papel de oprimidas em função do patriarcado.

Na edição “O segundo sexo – fatos e mitos”, Beauvoir (1970) relata que, apesar de esse movimento já ter uma longa trajetória, as mulheres e a população negra seguem ocupando um lugar de inferioridade na pirâmide social. Para a autora, isso ocorre quando esses indivíduos são assediados moral ou sexualmente por meio de elogios “infantilizantes” e que hipersexualizam corpos femininos e negros.

Nessa perspectiva, observa-se que mulheres negras ainda são vítimas das heranças do patriarcado e do racismo, além de uma falsa simetria entre misandria/misoginia (também decorrente do mito da democracia social) e da deturpação de conceitos feministas importantes que validam a luta dessas cidadãs.

De acordo com Ribeiro (op. cit.), no Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX, visando à aproximação de igualdade pelos direitos intermediários entre mulheres

¹ Simone de Beauvoir nasceu em 9 de janeiro de 1908, em Paris, e faleceu em 14 de abril de 1986. Foi uma intelectual, escritora, filósofa e feminista conhecida por sua obra “O segundo sexo” (1949), que relata a opressão feminina e é grande contribuição para o feminismo contemporâneo.

e homens em todos os âmbitos da sociedade e em relação ao voto. Esse movimento apresentou três “ondas”, e a primeira está situada no próprio século XIX. Segundo a autora, em 1922, surgiu a Federação Brasileira do Progresso Feminino, que lutava pelo sufrágio feminino e o direito ao trabalho sem a autorização do marido. Com base nessa mobilização, o sufrágio foi garantido pelo Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, assinado por Getúlio Vargas, com o objetivo de conceder às mulheres representação política, além da conquista dos espaços de educação e emprego. Esse primeiro momento ficou conhecido como “movimento sufragista”.

Na década de 1990, Marta Suplicy, deputada paulista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi responsável pela criação de um projeto de lei que previu a garantia de 20% das legendas partidárias para as candidatas, o que tornou visível o aprofundamento do período sufragista do feminismo no Brasil. Em 2015, quando ainda era filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), a deputada² tentou levar adiante suas propostas; no entanto, há uma contra-hegemonia que vigora em desacordo com seus ideais por não atender àquela população marginalizada e desprivilegiada.

A “segunda onda” surgiu em meados dos anos 1970, em um momento de crise da democracia, e foi marcada pelo surgimento de teorizações feministas e de gênero, além do aprofundamento da primeira onda. As suas principais pautas eram a luta pela valorização do trabalho feminino, o combate à violência sexual, o direito ao prazer e a resistência à ditadura militar. O primeiro grupo de feministas da época foi formado em 1972, majoritariamente por professoras universitárias. De acordo com Cynthia Sarti (2004), o movimento feminista brasileiro de então teve o escopo de libertação das mulheres em relação à opressão androcêntrica³, com o objetivo de empoderá-las a se inserirem nos diversos espaços da sociedade. Com o início da ditadura militar – que, a partir de 1964, estabeleceu no país uma

² Marta Suplicy é filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi deputada federal e prefeita de São Paulo, além de ministra do Turismo e da Cultura pelo Partido dos Trabalhadores (PT), partido ao qual foi filiada de 1981 a 2015.

³ O termo está relacionado ao androcentrismo, que corresponde à tendência de supervalorizar o pensamento masculino, de forma que as experiências masculinas são consideradas universais, tanto para os homens quanto para as mulheres.

ordem política autoritária e opressora –, o feminismo se empenhou em romper o contexto político ditador da época e atuar contra a opressão sobre as mulheres, que se dedicavam à luta contra o machismo.

A “terceira onda” teve início nos anos 90 e levantou questionamentos sobre o papel do feminino nos mais diversos âmbitos sociais. Nesse período, deu-se início a discussões sobre os padrões construídos nas ondas anteriores. Apesar de as mulheres negras estadunidenses já questionarem a sua falta de representatividade desde 1970, no Brasil, o feminismo negro ganhou visibilidade apenas no início dos anos 1980, a fim de transformar mulheres negras em sujeitos políticos. Assim, elas começaram a garantir a sua representatividade nos movimentos sociais, embora a discriminação e a hiperssexualização sobre seus corpos ainda fossem constantes.

De acordo com Ribeiro (2014), as críticas à terceira onda denotavam como o discurso universal de que “somos todas mulheres” era excludente. Uma vez que as opressões atingem as mulheres de forma diferente, seria necessário problematizar o gênero com recortes de classe e raça, ou seja, interseccionalmente, levando em conta as diferenças entre as realidades das cidadãs.

Sueli Carneiro (2003), em seu texto “Mulheres em movimento”, considera que o movimento de mulheres do Brasil possui grande expressão nacional e mundialmente. De acordo com a autora, esse movimento apresentou importantes contribuições para os encaminhamentos da Constituição de 1988, promovendo a ascensão política das mulheres, além de sua grande influência no período de redemocratização no país. Para Carneiro, o reconhecimento da luta do movimento feminista é inegável. O protagonismo de pautas relativas às mulheres brasileiras e às influências no seu processo de emancipação é claro e evidente. Contudo, o feminismo brasileiro também foi influenciado por uma perspectiva eurocêntrica, mesmo com a Lei 10.639/2003, que estabeleceu diretrizes e bases na educação com pautas relativas à representatividade afro-brasileira. Isso porque, de acordo com Carneiro (op. cit.), o feminismo foi prisioneiro de uma visão “universalizante” das mulheres – o que, conseqüentemente, conduziu à “incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino”. Apesar dessa conquista do Movimento Negro Unificado (MNU), o sexismo e o machismo ainda aniquilam e invalidam a vivência

de mulheres negras.

De acordo com os dados analisados na obra de Beauvoir (1970), tanto as Ciências Sociais quanto as Ciências Humanas não sustentam mais o argumento de que as identidades sexuais são determinadas pelo aparelho reprodutor. Isso ocorre por influência da sociedade, das heranças sociais e dos estigmas criados pela sociedade moderna capitalista em que vivemos. Segundo autores marxistas e marxianos, a ausência do exercício da *práxis* e o descaso em realizar a análise de um presente histórico parecem ser uma das maiores complexidades e problemas das áreas científicas.

Conforme diz Beauvoir (1970), há séculos se fala de feminismo e mulheres, mas as ditas “querelas” nunca são realmente consideradas – pois, ao passo que o feminismo e a liberdade dos indivíduos (não no sentido neoliberal) evoluem, ocorre o avanço do conservadorismo.

“A mulher se está perdendo, a mulher está perdida”. “Não sabemos mais exatamente se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam no mundo ou deveriam ocupar”. “Onde estão as mulheres?”, indagava há pouco uma revista intermitente (1) (Beauvoir. apud. Franchise, 1970, p. 7)

Percebemos que, em função disso, atualmente, a comunidade negra LGBT vem sofrendo muito com o avanço do conservadorismo: ao mesmo tempo que esses indivíduos se expressam, o tradicionalismo impede que eles sejam o que realmente são – gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais. Assim, notamos que há uma deturpação dos conceitos de orientação sexual e sexo, definidos socialmente. São muitos os que consideram que mulheres são apenas aquelas que possuem o aparelho reprodutor feminino, sendo que o avanço da luta LGBT e dos estudos de feministas interseccionais mostram o contrário. (BEAUVOIR, 1970, p. 7).

Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e, contudo, dizem-nos que a feminilidade “corre perigo”; e exortam-nos: “Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres” (Beauvoir, 1970, p. 7).

A autora afirma que os estereótipos patriarcais e tradicionalistas são responsáveis pela perpetuação do binarismo e dos estigmas biológicos, que nos apreendem em um modelo, em um padrão de vida tradicional.

Como o feminismo negro no Brasil surgiu com mais veemência apenas nos anos 1980, as feministas radicais e liberais que estavam mais à frente da militância na época da ditadura se empenharam contra o golpe militar de 1964. Porém, como o patriarcado era – e permanece sendo, com suas heranças – muito forte nesse período, várias mulheres foram submetidas a uma série de violências, tanto domésticas como extradomésticas; ou seja, mulheres negras e de classes desprivilegiadas eram as mais assediadas sexualmente e moralmente nesse dado momento. Logo, os movimentos feministas que tomavam a frente da “liberdade feminina” não atendiam aos interesses das mulheres negras, que em sua maioria eram subestimadas pela hegemonia burguesa e patriarcal.

Nesse sentido, na escala social, essas mulheres continuam no limbo da superestrutura. Não obstante, Sarti (2004) destacou que o feminismo brasileiro apresentou diversas manifestações em relação ao contexto histórico e político que as mulheres em âmbito geral vivenciaram. Isso contribuiu para a emancipação das gerações de mulheres desse período em relação às formas de agir e viver e às circunstâncias daquele momento, causando grandes impactos no espaço de atuação pública das brasileiras.

Sarti (op. cit.) afirmou que a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Ano Internacional da Mulher, em 1975, garantiu uma maior visibilidade das mulheres no cenário mundial. Entretanto, é importante ressaltar que tal visibilidade já vinha sendo efetuada pelos estudos das feministas norte-americanas e canadenses na década de 1960. Caldwell (2000), em seu artigo “Fronteiras da diferença: raça e mulheres no Brasil”, observou que as feministas brasileiras apresentam uma defasagem em relação ao tratamento da interseccionalidade de raça, etnia e classe social em seus estudos.

Por se basearem com mais ênfase no processo de luta pela emancipação da mulher contra a política ditatorial do país, as feministas brasileiras deixavam de se atentar às outras formas de dominação que reproduziam o preconceito em relação à população feminina, como o racismo e a questão de classe. Caldwell (op. cit.) destacou que as feministas norte-americanas e canadenses apresentaram um grande volume de produções acerca da desnaturalização da identidade feminina. A autora apontou que as feministas não brancas dos Estados Unidos da América apresentaram muitos subsídios para auxiliar no entendimento dos vários âmbitos de dominação que atingiam as mulheres.

Em relação à desvalorização do homem negro, é possível observar que isso também ocorre, mas em função do espaço ocupado por eles na escala social: homens negros de classe desfavorecidas são desvalorizados, bem como homens brancos. No entanto, o *quantum* de poder apresentado por eles oprime as mulheres das classes mais elevadas até as mais desfavorecidas. Logo, observamos que os homens também são atingidos na luta contra o assédio moral e sexual, porém, isso não ocorre na mesma proporção com que ocorre com as mulheres. Sendo assim, podemos observar que muitos se apropriam da causa feminista.

Em função da hiperssexualização dos corpos negros que ocorre na concretude dos fatos, observamos que os homens se relacionam com mulheres negras por mero interesse sexual e não as assumem como parceiras, mas como “objeto”.

Desde o final dos anos 70, mulheres não brancas na Inglaterra, no Canadá e nos Estados Unidos desafiaram modelos unitários de gêneros e exigiram noções sobre o “ser mulher” que levassem em cada raça, etnia, classe e sexualidade. A terceira fase do feminismo, nas décadas de 80 e 90, desafiou os paradigmas unitários de gênero desenvolvidos por feministas não brancas a refletir mais sobre as diferenças do que sobre as pretensas similaridades entre as mulheres, ou sobre aspectos que elas supostamente têm em comum (CALDWELL, 2000: 92).

Sendo assim, é possível perceber que as feministas norte-americanas e canadenses explanaram em seus estudos que a ênfase do feminismo unicamente em relação ao gênero e à dominação masculina não é suficiente para evidenciar a relação entre o sexismo e as demais formas de opressão, além de velar outras características da identidade feminina pertinentes à interseccionalidade.

Dessa forma, apesar dos grandes avanços conquistados pelas feministas brasileiras em relação à emancipação da mulher, é possível verificar a ocorrência de alguns deslizes no início dessa trajetória – pois, para problematizar os diversos marcadores sociais que constituem a identidade feminina, é fundamental compreender o processo discriminatório de exclusão das mulheres em geral, desde as classes mais privilegiadas até as desprivilegiadas.

3. O MOVIMENTO INTERSECCIONAL E O FEMINISMO NEGRO COMO PRECURSORES DA REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS

De acordo com os relatos de Kia Lilly Caldwell (2000), antropóloga americana, é possível perceber que, com o movimento e as contribuições dos estudos das feministas negras, norte-americanas e canadenses, surgiu a noção de interseccionalidade. Segundo Djamila Ribeiro (2015), em seu texto “Feminismo negro: violências históricas e simbólicas”, o conceito de interseccionalidade vem sendo desenvolvido há mais de um século, desdobrado por mulheres negras ativistas, mas veio à tona por meio dos estudos de Kimberlé Crenshaw, em 1989, a fim de explicitar as relações entre opressões de gênero, classe e raça.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas da mulher, das raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002: 177).

De acordo com Raquel de Andrade Barreto (2005), em sua dissertação de mestrado intitulada “Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis⁴ e Lélia Gonzales⁵”, o Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu no Brasil em meados dos anos 1970. No entanto, esse movimento e os movimentos feministas não interseccionais não contemplaram as mulheres negras, pois não observaram a relação entre as opressões raciais e de gênero em conjunto. Diante disso, é possível notar que, antes da existência do feminismo negro, essas mulheres, mesmo em movimentos sociais que almejavam a igualdade, vivenciaram uma realidade “marginal”.

Nesse contexto, Ribeiro (op. cit.) cita Grada Kilomba – feminista negra interseccional –, a qual considera que os entraves que as mulheres negras enfrentam para garantir seu protagonismo e representatividade social se dão em função do fato de que elas “são o outro do outro por serem a dupla de antíteses da branquitude e masculinidade, o que cria uma

⁴ Angela Davis nasceu em 26 de janeiro de 1944, no estado do Alabama (EUA). Foi professora e filósofa socialista, além de integrante dos Panteras Negras e do Partido Comunista dos Estados Unidos. Milita contra a discriminação social e racial e pelos direitos das mulheres.

⁵ Lélia Gonzalez nasceu em 1 de fevereiro de 1935, em Belo Horizonte, e faleceu em 10 de julho de 1994. Foi antropóloga; graduou-se em História e Filosofia, com mestrado em Comunicação Social e doutorado em Antropologia Política. Ajudou na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e militou em defesa das mulheres negras.

hierarquização de humanidade, nos colocando como subcategoria”.

Audre Lorde, feminista caribenha-americana, influente a partir dos anos 1960, questionou a ausência de interseccionalidade de assuntos étnico-raciais e relativos à sexualidade no movimento feminista. Em seu texto *“There's no hierarchy of oppression”*, a autora critica a desatenção dos movimentos sociais que, aparentemente, restringiam-se a lutar pelo combate de uma forma de opressão exclusiva, o que não garantia a representação de pessoas que vivenciavam mais de uma forma de opressão.

Não existe hierarquia de opressões. Eu não posso me dar ao luxo de lutar por apenas uma forma de opressão. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular e não posso tomar a liberdade de escolher entre as fontes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir e quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito aparecerem para destruir você. (LORDE, 1983).

Lorde (op. cit.) destaca que não deve haver hierarquia de opressões, pois, em uma sociedade em que várias formas de opressões vigoram, é inviável para o processo de combate às discriminações que uma violência tenha mais urgência em ser combatida do que outra.

Cristiano Rodrigues (2013) considera que a neutralidade de movimentos feministas e negros em não pautarem as formas de opressão sexistas e racistas interseccionalmente⁶ pode gerar opressões internas, ao passo que o fato de que esses movimentos se omitirem em relação a uma dessas formas deixa as pautas das mulheres negras e sua representatividade em detrimento. Além disso, integrantes de grupos discriminados vivenciam mais de um tipo de opressão de maneira recorrente. Logo, esses indivíduos não podem escolher quais deles vão sentir e quais preferem que sejam combatidas prioritariamente.

O sistema capitalista, de acordo com autores marxianos e marxistas, como Ianni (1991), é fortalecido por meio de vários processos, dentre eles, a disseminação das opressões. Isso acontece porque a economia de lucros carece de indivíduos “marginais” – ou seja: imigrantes, emigrantes, mulheres, homens e demais populações desfavorecidas socialmente pela estrutura e superestrutura social. Em função disso, promove-se uma “rejeição

⁶ Conceito cunhado em 1991 por Kimberlé Crenshaw, feminista especializada nas questões de gênero e raça. Trata-se da consequência de distintas formas de discriminação que se interseccionam.

institucionalizada da diferença” (LORDE, 1984).

Audre Lorde, em sua obra “*Sisters outsider: essays and speech*” (1984), considera que, numa sociedade patriarcal, marcadores sociais como raça e etnias são grandes agravantes no processo de discriminação.

Assim, em um sistema de poder patriarcal, onde privilégios brancos são um importante suporte, as armadilhas utilizadas para neutralizar as ações de mulheres negras e mulheres brancas não são as mesmas. Por exemplo, facilmente as mulheres negras são usadas pela estrutura de poder contra os homens negros, não porque eles são homens, mas sim porque eles são negros. Portanto, para as mulheres negras, é necessário, em todos os momentos, separar as necessidades do opressor dos seus próprios conflitos legítimos dentro de nossas comunidades. Este mesmo problema não existe para as mulheres brancas. A perigosa natureza feminina que deve ser governada. Mais que qualquer grupo de mulheres nessa sociedade, as negras têm sido consideradas só corpo sem mente. A utilização de corpos femininos negros na escravidão, como incubadoras para a geração de outros escravos, era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deveriam ser controladas para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras. Durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpo de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo à perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995: 469).

Logo, mulheres negras vivenciam uma realidade bem distinta da realidade de mulheres brancas em nossa sociedade, ainda que a classe econômica entre ambas seja a mesma – pois, infelizmente, no Brasil, a miscigenação e o preconceito em relação à africanidade (sendo que esta envolve religiosidade e identificação) fizeram com que as pessoas negras se afastassem de suas identidades por meio do processo de embranquecimento. Em seu texto “Branquidade e branquitude: uma análise conceitual do ser branco”, Camila Moreira de Jesus (2012) explana a definição dos conceitos e o modo como eles influem na dominação da população branca sobre a população negra.

A branquidade tem como objetivo a aproximação da população negra de um parâmetro eurocêntrico de beleza e corpo, enquanto a branquitude busca a manutenção dos privilégios da população branca. Dessa forma, podemos observar que, mesmo que o capitalismo moderno retroceda em algum período histórico, a raça e a etnicidade serão elementos de dominação que sucumbirão tardiamente, se não for por uma legislação vigorosa juntamente à tomada de consciência dos cidadãos. Essa tomada de consciência deveria vir tanto por parte da população branca quanto da negra; esta, no entanto, deveria abdicar do papel de vítima desempenhado no momento em que procura se abster de suas origens em

função da discriminação e, aquela, pelo respeito que deve garantir a qualquer indivíduo independente de raça, credo, cor, orientação sexual, classe social etc.

O branco foi por toda história (auto)representado como o ser humano ideal, o que lhe conferiu ao longo de séculos uma situação de privilégio que é legitimada na sociedade até os dias atuais. Embora ao nível de produção acadêmica já tenhamos avançado bastante no que diz respeito a tentativa de desconstrução do estereótipo que, não por acaso, mantém o negro numa condição inferior, o espaço ainda mínimo que tem se dado para as discussões que ponham em evidência a real contribuição do branco para a existência deste quadro social tem favorecido a legitimação de um status quo que consegue se manter mesmo com o crescimento de políticas de enfrentamento ao racismo (JESUS, 2012: 1).

Apesar de a feminista e ativista social americana bell hooks ⁷(1995) retratar o contexto estadunidense de representação dos corpos negros femininos nos períodos colonial e pós-colonial, a realidade exposta por ela não é diferente da realidade das mulheres negras no contexto brasileiro. Assim como a autora menciona, as heranças desses períodos na história construíram estereótipos dotados de sexismo, machismo e racismo, que seguem sendo disseminados e reforçados em nossa sociedade. As mulheres negras são vistas e representadas como objetos que, ora são úteis para o trabalho, ora para exploração sexual.

Desse modo, podemos verificar que, com as heranças tradicionalistas, as mulheres negras continuam a ser subestimadas no Brasil. Outra consequência dessas formas de representação de tais mulheres no período escravocrata é o colorismo. De acordo com Consuelo Neves (2015), em seu texto “Colorismo: quem decide”, o termo foi criado pela autora e ativista negra Alice Walker, em 1982. É uma prática racista, que tem como parâmetro para o julgamento de aceitação social das pessoas negras a tonalidade da cor de suas peles – de forma que, quanto mais clara uma pessoa negra for, menos dificuldade ela terá para ter uma suposta aceitação social. Nesse sentido, o colorismo atua de forma a reforçar o processo de embranquecimento de negros “claros”, de forma a fazer com que esses indivíduos neguem sua identidade racial, colocando-os como vítimas de um discurso racista.

Neves (2015) faz menção ao texto “*The persistent problem of colorism: skin tone, status and inequality*”, de Margaret Hunter (2007), que expõe a forma pela qual a prática

⁷ Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks, é autora, feminista e ativista estadunidense. Seu pseudônimo é grafado em letras minúsculas, pois a autora considera que o mais importante em seus livros é o conteúdo e não quem ela é.

colorista reforça o processo de discriminação étnico-racial e promove a desigualdade até mesmo entre pessoas da mesma raça: pessoas de “pele mais clara” desfrutam de privilégios substanciais que ainda são inatingíveis aos seus irmãos e irmãs de pele mais escura, em função de não corresponderem a um padrão estético “dominante”. Esse padrão vem à tona por ser um “centro” que sai do “extraordinário” e pertence a um molde eurocêntrico e dominante (LOURO, 2007).

Em relação à inserção das mulheres no mercado de trabalho, Paixão e Gomes (2008), no artigo “Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação”, traçam uma trajetória de como o processo de escravidão no Brasil influenciou a inserção das mulheres negras nesse âmbito, considerando os indicadores de cor, raça e sexo.

Entre os anos de 1995 e 2006, os autores verificaram, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que a População Economicamente Ativa (PEA) negra feminina no país apresenta disparidade em relação à população masculina no processo de inserção no mercado de trabalho.

Em 2006, a população negra masculina assumiu funções de maior destaque em relação à população negra feminina, como profissões voltadas para o setor público e militar, além de apresentar um percentual com carteira assinada (37,8%) superior ao das mulheres. Na função de trabalho autônomo, essa mesma população representava o percentual de 24,7%; sem carteira assinada, 25,3%; trabalho não remunerado, 8,7%; e atividades para consumo próprio, 10,1%. Em relação à condição de empregadores, a população masculina representava 2,5%, e a feminina, 1,4% (PAIXÃO E GOMES, op. cit.).

De acordo com Ariella Araújo (2013), em seu artigo “Mulheres negras no pós-abolição”, a desigualdade em relação ao espaço que as mulheres negras ocupam no mercado de trabalho se deve às trajetórias históricas e culturais de exploração pelas quais elas passaram, e que as situam em torno de relações personalistas, que projetam o poder e a dominação na figura masculina. Isso ocorre porque as construções sociais de gênero remetem ao âmbito privado como feminino e ao âmbito público como masculino. Tal fato pode ser

ilustrado pela naturalização do papel da mulher relacionado ao espaço doméstico e ao cuidado com a família, enquanto o papel do homem é relacionado ao espaço público, de forma que ele seja responsável por prover o lar e prezar pela honra e pelas relações públicas da família.

Quando falamos do papel atribuído às mulheres, queremos nos referir à concepção de gênero, em que as relações sociais são constituídas e percebidas enquanto diferenças físicas entre os corpos de homens e mulheres. Dessa forma, as relações de gênero passam a ser reduzidas a uma dimensão natural e imutável, no caso das mulheres em geral e, das negras escravizadas, em particular. Scott (1995) considera que nenhuma experiência corporal existe fora dos processos sociais e históricos de construção de significados, ou em outros termos, não existe fora das relações sociais. Porém, a dificuldade reside no fato de que alguns domínios da vida social foram associados à natureza, com a retirada da ação humana, como a infância, a família e a sexualidade (CARVALHO, 2011 apud ARAÚJO, 2013, p. 25).

Araújo (2013) ressalta que os “papéis” destinados às mulheres e aos homens se pautam nas diferenças físicas entre eles. Em razão de as mulheres possuírem uma estrutura biológica considerada mais “frágil” do que a dos homens, elas são encarregadas de funções que requerem mais “delicadeza e cuidados”, enquanto eles, dotados de uma estrutura física “mais forte”, são encarregados de funções que requerem mais “virilidade e força”. Desse modo, é possível perceber que a inserção das mulheres no mercado de trabalho acompanha a lógica do sistema capitalista, que as enquadra em funções preestabelecidas como femininas, caracterizadas pela prestação de serviços e ligadas à reprodução, nas quais o resultado não é materializado no mercado.

Esses fatores excluem a população feminina da possibilidade de ocupar cargos de chefia e de maior prestígio, uma vez que as funções são masculinizadas e mais valorizadas em virtude de sua característica produtiva. Logo, na medida em que os “papéis femininos” estão em desvantagem em relação aos “papéis masculinos”, podemos perceber que as mulheres negras ocupam a posição mais inferior nessa hierarquia, uma vez que, além de serem discriminadas em função do gênero, também são discriminadas em função da raça.

3.1. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A MARGINALIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

De acordo com Bourdieu (1989), em sua obra “O poder simbólico”, a violência simbólica corresponde a uma pressão estabelecida do dominante sobre o dominado. Tal pressão não ocorre em termos físicos – apesar de dar margem à violência física –, mas em relação aos signos culturais que consistem na sobreposição do reconhecimento da autoridade e de um grupo sobre outro ou de um indivíduo sobre outro. Em “A dominação masculina” (1998), o autor considera que a dominação dos homens sobre as mulheres ocorre em uma perspectiva simbólica, ou seja, a dominação masculina se refere a uma forma de violência simbólica.

Nesse sentido, a violência simbólica ocorre de modo a encobrir as relações, dissimulando-as em sua forma física, mas sem deixar de reforçar o poder e a dominação encobertos pelo ponto de vista simbólico, de forma que a reprodução desse poder e dessa dominação desproporcional entre o dominante e o dominado penetre na consciência dos indivíduos e seja naturalizada.

Com base nisso, é possível perceber que, no caso das relações de gênero, as mulheres e sujeitos de identidade de gênero distintas do padrão heteronormativo são as maiores vítimas das violências simbólicas, como afirmou Bourdieu (op. cit.). No caso das mulheres negras, tal violência ocorre em relação ao que esse autor considerou um “corpo biológico socialmente modelado”.

Em função da trajetória histórica do escravismo anteriormente mencionada – em que mucamas apresentavam um rótulo de passividade sexual, por serem propriedades de senhores que as exploravam sexualmente –, as mulheres negras são vítimas do estigma de serem mais “acessíveis” no que diz respeito à prática sexual e, conseqüentemente, a erotização de seus corpos é recorrente.

Portanto, é possível verificar que, assim como as mulheres negras ocupam uma posição no mercado de trabalho amplamente desproporcional à dos homens e à das mulheres brancas, na conjuntura da dominação e da violência simbólica, elas também são um dos principais alvos.

De acordo com Paixão e Gomes (2008), as escravizadas não apenas aceitavam a dominação com passividade; elas elaboravam formas de enfrentamento diante de ameaças à integridade física e psicológica de sua prole, seus parceiros e de toda a comunidade que constituíam. Fazendeiros e senhores temiam envenenamentos por parte das mucamas, que, como forma de resistência, rebelavam-se contra as formas de opressão escravistas, além de arquitetarem fugas.

Assim, neste capítulo, buscamos evidenciar que mulheres negras e pobres são, interseccionalmente, as mais oprimidas na escala da superestrutura e da infraestrutura, pois elementos como raça e classe não as eximem de sofrer opressões. Torna-se cada vez mais nítido que essas mulheres são o alvo da hiperssexualização e da banalização, apesar dos avanços dos coletivos feministas negros-interseccionais e do MNU. Este, em contrapartida, é responsável por secundarizar a maioria das pautas que tangem ao direito das mulheres negras, pois é constituído também por homens que as inferiorizam, ora pela sua posição social, ora pela conquista ávida delas. Todavia, não podemos deixar de mencionar que esse movimento também foi – e permanece sendo – muito importante para a quebra do preconceito racial vigente em nossa sociedade.

Diante do exposto, torna-se possível visualizar que o sexismo é um elemento que martiriza muitas mulheres, que seguem em luta pelo bem-estar e pelo bem viver, mas encontram apenas o descaso de um Estado despreparado para apoiar os avanços de fato progressistas e que reage com mais rechaças e silenciamento.

4. A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PERPETUAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MULHERES NEGRAS

A globalização e a influência da mídia foram processos fundamentais para o aprimoramento dos meios de comunicação e para a reprodução de certos conceitos criados socialmente, que estão impactando a vida de determinados indivíduos. De acordo com Sandra dos Santos Andrade (2007), em seu texto “Mídia impressa e educação de corpos femininos”, as tecnologias e as mídias correspondem a instrumentos de produção corporal, pois reproduzem uma pedagogia direcionada à educação dos corpos de todos os cidadãos. A autora considera que esses instrumentos atuam no processo de educação, disciplina e regulamentação dos corpos, bem como em qualquer outra instância educativa (ANDRADE, 2007).

Nessa perspectiva, é possível perceber que a mídia instituiu padrões idealizados de comportamento e estéticos que devem ser adotados pelos corpos, e tudo o que foge a eles passa a ser discriminado socialmente.

A noção de “diferença” pode compreender mais de uma lógica: é uma realidade empírica que se manifesta no cotidiano-material, ou seja, uma lógica que organiza e que ocorre na vida concreta; e ao mesmo tempo pode ser uma atitude política presente que reivindica um projeto de mudança, com consequências positivas para a vida em geral. Ou ainda, pode ser um simples instrumento de manipulação ou de dominação (BANDEIRA & BATISTA, 2002: 126).

De acordo com Bandeira e Batista (2002) no texto “Preconceito e discriminação como expressões de violência”, a diferença atua como um mecanismo de reprodução da desigualdade e do preconceito, além de representar um instrumento de manipulação. Nesse sentido, no momento em que a mídia estabelece um padrão de beleza e de um corpo que deve ser moldado de acordo com o que é preestabelecido por ela, também é estabelecida a noção de diferença que viabiliza o processo de dominação sobre o “diferente”.

Louro (2007) também expõe uma análise acerca das diferenças em relação à sexualidade, na qual estabelece que o “centro” (ou seja, o “normal”) corresponde à masculinidade e à feminilidade, ao passo que todas as outras variantes que fogem desses âmbitos correspondem ao “excêntrico”, ao “estranho”. Dessa forma, podemos observar que, no instante em que a mídia estabelece padrões que geralmente prezam por uma etnia (que no caso é a branca), por uma classe social mais privilegiada e pela orientação heterossexual, os

outros indivíduos que não atendem a esses “requisitos” são colocados como exóticos, desprezados e até mesmo desumanizados. Com isso, acabam sendo excluídos, o que reforça a opressão sobre eles.

De acordo com Mayara Penina (2015), a “Énois – inteligência jovem⁸”, coletivo jovem de São Paulo – SP, junto ao instituto Vladimir Herzog e Patrícia Galvão, realizou uma pesquisa a fim de compreender como é vista a violência contra a mulher e o machismo por mulheres entre 14 e 24 anos, pertencentes às classes C, D e E. Penina considera que, além das construções sociais de estereótipos machistas e sexistas atrelados à nossa sociedade, a mídia se configura como um mecanismo de poder que reforça esses estereótipos, mantendo os grupos oprimidos inferiorizados. Diante disso, a autora expõe que 86% das 2.300 cidadãs entrevistadas não se sentem representadas pela forma que a mídia retrata a população feminina.

A estereotipação não se limita ao corpo: “[Na mídia,] a mulher está sempre como a que gosta de casar, ter filhos, cuidar da casa, ‘faz coisas de mulher’. É a que não entende de ciências exatas e não sabe trocar uma lâmpada”, afirma a jovem de São Paulo. “Todas brancas são ricas. Pobre e/ou negra é a empregada”, comenta uma jovem de 21 anos, sobre o racismo na dramaturgia televisiva. Alimenta-se, então, um ideal de cor, cabelo e corpo que implicam um enorme sacrifício por parte das mulheres e problemas de autoestima (PENINA, 2015).

No caso das cidadãs negras, o padrão midiático reproduz uma trajetória decadente dessas mulheres. Nas telenovelas, é recorrente que as personagens negras ocupem posições profissionais desprivilegiadas em relação às personagens brancas – geralmente, atuam no papel de empregada doméstica – e, de modo geral, estão sempre à margem da história se comparadas aos outros personagens. Quando não interpretam personagens subalternas, os corpos de mulheres negras são hiperssexualizados, reforçando todos os estereótipos construídos e disseminados desde os períodos colonial e pós-colonial até a atualidade de uma sociedade estruturalmente racista.

As representações globais das negras nos meios de comunicação de massa contemporâneos continuam a nos identificar como mais sexuais, como aberrações primitivas descontroladas. O sucesso popular de uma obra polêmica como *The Black's Man Guide to Understand the Black Woman*, de Shahrzad Ali, que reforça

⁸ Coletivo jovem e agência-escola de jornalismo de São Paulo – SP, composta por jovens entre 14 e 21 anos.

que as negras são intelectualmente inferiores aos negros, tem o cérebro menor etc., indica até onde muitas pessoas negras internalizam o pensamento sexista/racista sobre a identidade feminina negra (HOOKS, 1995: 469).

Ao analisar o concurso para escolha da “Globeleza”, candidata selecionada por um concurso realizado pela emissora brasileira Rede Globo de Televisão, com o objetivo de protagonizar propagandas das coberturas dos festejos de carnaval, Mara Gomes (2014), em seu texto “Bem-vindos ao Brasil Colonial: a mula, a mulata e a Sharon Menezes”, atentou-se à grande quantidade de mulheres negras em cena. Porém, tais corpos negros apenas reforçavam os estereótipos de que as mulheres negras são aptas para desenvolver trabalhos domésticos ou ser objeto de fetichização e de satisfação masculina, bem como apontou bell hooks (1995).

De acordo com Ana Lúcia de Castro (2007), em seu livro “Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo”, há uma relação entre mídia e sociedade que transmite tendências, padrões e valores aos indivíduos. Há uma espécie de “culto ao corpo” que, segundo a autora, corresponde à necessidade de aproximação de um padrão de beleza estabelecido. Nessa perspectiva, percebemos que a mídia televisiva atua como um grande mecanismo de reprodução de valores dominantes que são projetados na sociedade e disseminam estereótipos que recaem sobre os corpos negros femininos, reforçando preconceitos e a marginalização de mulheres negras.

Castro (op. cit.) busca apreender as relações entre mídia e sociedade, ou seja, o modo como o conteúdo midiático influencia o meio social, transferindo padrões e valores aos indivíduos. Ao indicar cultura como “modo de vida”, Raymond Williams (1979) faz uso da noção gramsciniana de hegemonia que envolve dois importantes conceitos: cultura e ideologia.

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo... Constitui assim um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se na maioria das áreas da sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma cultura, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes. (WILLIAMS, 1979 apud CASTRO, 2007, p. 4)

Nesse sentido, Castro (op. cit.) busca elucidar que o “culto ao corpo” como manifestação cultural conta com um apoio que sustenta o discurso hegemônico sobre

corporeidade, que atravessa a sociedade como ideologia e como cultura.

Castro (op. cit.) considera que a mídia representa um dos “principais meios de difusão e capitalização do ‘culto ao corpo’ como tendência de comportamento”. Sendo assim, é possível considerar que os meios de comunicação de massa possuem a capacidade de infiltrar no cotidiano dos indivíduos e disseminar conteúdos ideológicos, como o culto a um corpo idealizado e visto como modelo de beleza imposto pela mídia. Os indivíduos são levados a pensar que as imperfeições de seus corpos são resultado da ausência de cuidados consigo mesmos.

Castro (2007) cita Martín-Barbero, que considera que há uma relação de “mão dupla” entre mídia e sociedade; para além do grande conteúdo ideológico transmitido pelos meios de comunicação de massa e do reforço dos interesses das classes dominantes, os receptores são “seres ativos” que produzem diferentes sentidos no consumo das mensagens.

Com base no texto “Eugenia: quando a biologia faz falta ao cidadão”, de Nelio Marco de Bizzo (1995), podemos observar que traços eugênicos ainda são muito influentes na mídia televisiva em relação aos corpos negros. O darwinismo social com ideal de melhoramento de raça surgiu no início do século XIX e tornou-se mais um elemento que fortalece a discriminação. Nessa perspectiva, observa-se que o protagonismo que as mulheres negras conseguem na mídia reforça o estereótipo de “mulata”, termo pejorativo e racista que começou a ser utilizado pela população branca no período colonial para se referir às pessoas negras, geradas de um relacionamento inter-racial. No caso de uma artista negra na mídia, é possível visualizar o racismo e a hiperssexualização quando seu corpo é exposto como sinônimo de garantia de sucesso.

Mais do que um elemento discriminatório, a eugenia se configura como um elemento terrorista, por fazer menção ao período nazista. Nesse sentido, Bizzo aponta que

A menção à eugenia remete-nos quase de imediato ao contexto germânico entre-guerras e a Adolf Hitler. Apontar o totalitarismo nazista como emblemático da causa eugênica não é descabido. Todavia, há de se levar em consideração que o pensamento eugênico, mesmo o germânico, não teve origem no contexto sociopolítico do III Reich e tampouco lá conheceu seu fim. (BIZZO, 1995: 39)

Sendo assim, o autor considerou que não basta esboçar críticas ao período nazista para romper com a eugenia⁹. É necessário criar mecanismos legislativos para que ela não vigore. No entanto, o racismo estrutural, a branquidade e a branquitude se configuram como barreiras para que isso ocorra.

Através da definição proposta pela autora Edith Piza (2005) no decorrer deste artigo, a branquitude passa a ser discutida como um estágio de conscientização e negação do privilégio vivido pelo indivíduo branco que reconhece a inexistência de direito a vantagem estrutural em relação aos negros. Já a nomenclatura branquidade toma o lugar que até então dizia respeito a branquitude, para definir as práticas daqueles indivíduos brancos que assumem e reafirmam a condição ideal e única de ser humano, portanto, o direito pela manutenção do privilégio perpetuado socialmente (JESUS, 2012: 2).

Jarid Arraes (2015), em seu texto “A carne mais exótica do mercado”, afirmou que, quando as mulheres negras não são repudiadas por não atenderem ao padrão estético branco desejável, são classificadas como objetos sexuais ou inferiores em relação às pessoas brancas. A autora considera que, além de racistas, tais práticas também são dotadas de uma concepção colorista – o que, de acordo com Alice Walker, feminista negra interseccional influente entre os anos 1970 e 1980, corresponde a um vestígio do escravismo e se expressa de forma que pessoas negras “mais claras” são menos inferiorizadas que pessoas negras “mais escuras”.

Sendo assim, notamos que o “colorismo” representa a negação da identidade negra e a desumanização das mulheres negras, pois a hiperssexualização dos seus corpos transmite a ideia de que essas mulheres são apenas objetos sexuais exóticos, fato que compromete a saúde psicológica, a autoestima e até mesmo o processo de inserção ou de crescimento profissional das cidadãs no mercado de trabalho.

Como grupo, as “mulheres de cor” (mulheres negras) são as assalariadas mais mal pagas na América. “Nós somos os principais alvos do aborto e do abuso, aqui e no exterior”, constata Audre Lorde (1984) em seu texto “*Age, race, class and sex: women redefining difference*”. Além disso, a circuncisão¹⁰ feminina que ocorria em determinadas regiões africanas é mais um retrato de como as mulheres negras são maltratadas, até mesmo em culturas diferentes da brasileira. A autora faz uma crítica a esse tipo de opressão, afirmando

⁹ Termo cunhado por Francis Galton, antropólogo inglês, que corresponde ao melhoramento da espécie humana, pautando-se nas leis da genética.

¹⁰ Também chamada de mutilação genital feminina, é uma prática que ocorre em vários países da África e da Ásia; corresponde à retirada do clitóris sem anestesia para que as mulheres não sintam prazer sexual.

que se trata de um crime contra tais mulheres.

[...] não é um assunto cultural, como o falecido Jomo Kenyatta mencionou, é um crime cultural contra as mulheres negras. As leituras referentes às mulheres negras estão cheias da dor da agressão frequente, não só por um patriarcado racista, mas também pela falta de empatia dos homens negros (LORDE, 1984: 120).

De acordo com Valério Brittos e Edison Gastaldo (2006), em seu artigo “Mídia, poder e controle social”, o sistema capitalista moderno se mantém por meio de relações de poderes que perpetuam a dominação. Os autores citam Foucault (1996), que considera “que o poder não está localizado no aparelho do Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”. Sendo assim, tornou-se possível analisar que a mídia exerce poder dentro do sistema capitalista, de modo a reforçar opressões e contribuir com a manutenção das posições dos(as) dominantes e dos dominados(as).

Os autores supracitados consideram que os meios de comunicação de massa são locais de competição entre indivíduos que ocupam posições desiguais socialmente. Diante disso, como instrumento de poder capitalista, a mídia tende a “reiterar a ordem social instituída”, reproduzindo uma realidade em que grupos desprivilegiados são discriminados e submissos e grupos privilegiados ocupam lugares de destaque.

Temos construído em todos nós velhos modelos de expectativa e resposta. Velhas estruturas de opressão que devem ser alteradas ao mesmo tempo em que nós mudamos as condições de vida que são o resultado dessas estruturas. As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa grande (LORDE, 1984: 123).

Audre Lorde (1984) considera que, pelo fato de as mulheres negras não terem acesso ao privilégio branco, a sua vivência é permeada por discriminações distintas das que vivenciam as mulheres brancas; estas são oprimidas pelo machismo e pelo sexismo – e demais discriminações disseminadas pelo capitalismo e pelas heranças patriarcais –, enquanto aquelas ainda devem suportar as mesmas opressões, além do racismo estrutural que vigora há tempos em nossa sociedade.

Assim, em um sistema de poder patriarcal, onde o privilégio branco é um grande suporte, as armadilhas utilizadas para neutralizar as mulheres negras e as mulheres brancas não são as mesmas. Por exemplo, facilmente as mulheres negras são usadas pela estrutura de poder contra os homens negros, não porque eles são homens, mas porque eles são negros. Portanto, para as mulheres negras, é necessário em todos

os momentos separar as necessidades do opressor dos seus próprios conflitos legítimos dentro de nossas comunidades. Este mesmo problema não existe para as mulheres brancas. As mulheres negras e homens negros têm compartilhado opressões racistas, embora de maneiras diferentes [...] (LORDE, 1984: 118, 119).

Da omissão dos movimentos feministas e negros sobre as pautas relativas à realidade social das mulheres negras, surgiu a necessidade de criação de um movimento que especificasse essas pautas, promovesse uma mobilização e a representação da luta dessas mulheres: o movimento feminista negro e interseccional. Autoras como bell hooks, Patrícia Hill Collins¹¹, Kimberlé Crenshaw¹² etc. foram as pioneiras de tal atuação e de produções bibliográficas importantes para os estudos.

Tássia Fernanda de Oliveira Silva (2011), em seu artigo “Representações de mulheres negras na mídia televisiva”, cita Bhabha (2007) e Stuart Hall (2002), que consideram que o indivíduo não possui um caráter “totalitário”, de maneira que as identidades antigas decaem em decorrência das recorrentes transformações sociais. Isso é um reflexo de como a mídia e a indústria cultural são capazes de atingir as vivências de mulheres negras em nossa sociedade, uma vez que se faz um elemento corriqueiro na vida dos indivíduos e as retrata de maneira não representativa.

[...] “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, que, no passado, nos tinha fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2002, p. 09).

Essas transformações acabam por mudar as nossas identidades pessoais e abalar a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (SILVA, 2011: 2).

Diante disso, é possível considerar que, mesmo que o feminismo negro interseccional busque conceder às mulheres negras a representatividade de suas demandas sociais e a justiça social, aparentemente não é possível que essas mulheres se tornem plenamente livres das opressões que vivenciam sem que estrutura social à qual estamos sujeitos proponha a ruptura das relações de poder de uma minoria branca privilegiada e da dominação masculina.

¹¹ Patricia Hill Collins é professora de Sociologia na Universidade de Maryland.

¹² Kimberlé Crenshaw é professora na UCLA School of Law, especializada em questões de raça e gênero, além de ser conhecida como precursora da teoria interseccional.

4.1. OS ATAQUES RACISTAS NAS REDES SOCIAIS

De acordo com Celso Eduardo Santos de Melo (2010), em sua dissertação de mestrado intitulada “Racismo e violação aos direitos humanos pela internet – estudo da Lei nº 7.716/89”, o racismo se faz presente em nossa sociedade desde os tempos da Antiguidade, e vem assolando a população negra até o presente momento. Com base nisso, percebemos que essa população ainda sofre preconceito com origem no período escravocrata, aliado à falta de políticas para a sua integração de forma igualitária. No capítulo em questão, abordaremos como os crimes de discriminação racial são repercutidos nas redes sociais por meio da internet.

Como afirma Melo (op. cit.), a internet é um meio utilizado não só para comunicação, mas também para a realização de várias tarefas que podem ser desenvolvidas pela transmissão de sons e imagens em tempo real. Assim, é possível que os indivíduos interajam com rapidez e facilidade, independentemente da localidade em que estejam situados.

Apesar de toda a evolução que a internet foi capaz de proporcionar, Rosana Duarte (2006), em seu trabalho intitulado “Internet como meio de propagação do racismo afro-brasileiro”, observou que ela ainda não é um meio de comunicação acessível a todos os indivíduos. Com a desigualdade social, as classes sociais desfavorecidas não possuem o acesso à rede tão frequente como as classes sociais mais favorecidas, apesar de essa realidade vir mudando com os programas de inclusão social e de acesso gratuito.

De acordo com Duarte (op. cit.), a internet e os demais meios de comunicação exercem um poder simbólico e cultural sobre os indivíduos, ao passo que produzem, recebem e transmitem diversas formas de opiniões. As redes sociais têm sido utilizadas como ferramenta para disseminar discursos de ódio e perpetuar preconceitos, como o racismo. Aparentemente, os autores dos crimes cibernéticos, ou seja, crimes praticados por meio da rede, confundem a liberdade de expressão com a prática de ataques nas mídias sociais, gerando constrangimento às vítimas.

Para Melo (2010), a liberdade de expressão se faz presente na interação entre os indivíduos por meio da internet e suas redes sociais por se tratar de uma comunicação “informal, difusa e livre”; contudo, no caso de crimes cibernéticos, a liberdade de expressão

deixa de ser um “direito executável”. Além dessa liberdade, a rede propicia o anonimato nas mídias sociais, viabilizando o cometimento de atos criminosos.

Em relação ao racismo como um exemplo desses crimes, a internet tem sido uma das mais novas plataformas para disseminar práticas de cunho racista. Prova disso são os crimes cibernéticos de racismo cometidos contra celebridades. Em outubro de 2015, a atriz Taís Araújo, que é de origem negra, sofreu ataques racistas na rede social Facebook, e teve que recorrer à Polícia Federal para denunciar o fato. Na mesma época, Tainara de Jesus Santos, jovem negra vencedora do concurso de beleza “Garota Jataí 2015”, também foi vítima de comentários de cunho racista nas mídias sociais, e prestou queixa em uma delegacia.

Segundo Melo (op. cit.), conteúdos racistas têm sido propagados pela internet e acessados frequentemente por usuários de diversas regiões do mundo desde os anos 1990. Nesse sentido, o discurso racista por meio da plataforma virtual se perpetua, acrescenta-se à ideais racistas já disseminados nesse meio, e reúne adeptos, formando verdadeiras organizações de caráter discriminatório. Sendo assim, agentes governamentais, não governamentais e organizações mundiais passaram a buscar medidas para combater o problema.

Como o racismo é um crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei, Melo (op. cit.) afirma que a internet como forma de disseminação de práticas de cunho racista não se isenta dessa abrangência, sendo possível a sua regulamentação pelo Estado, principalmente no que se refere às obrigações em relação à defesa dos direitos fundamentais dos indivíduos. Para enfrentar a questão, Duarte (2006) afirma que deve ser feita a denúncia no site utilizado para o cometimento do crime eletrônico ou nas polícias estadual ou federal ou no Ministério Público Federal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, várias análises conduziram às considerações de que o conteúdo de entretenimento que a mídia televisiva reproduz na atualidade sobre mulheres negras não é representativo para elas. Mais do que isso, afeta a autoestima e a vivência dessa parcela populacional, pois ela acaba por se encaixar em um lugar social preestabelecido, de forma alienante e, que muitas vezes, passa despercebida na perspectiva de muitos. Apesar disso, muitas também são as mulheres negras que lutam contra esse movimento não representativo, contribuindo com escritos acadêmicos, ocupando espaços universitários e cargos de reconhecimento e rompendo com o caráter “dominado” que a indústria cultural ainda insiste em frisar sobre seus corpos.

Os estereótipos ainda vigentes parecem ter sido afrouxados ao longo dos anos; porém, nas entrelinhas, continuam com os resquícios de patriarcalismo, racismo, machismo, sexismo e vários outros conteúdos de dominação social, de modo que cidadãs negras seguem a ocupar, em sua maioria, lugares de subalternidade não só na mídia, mas na sociedade de modo geral. Quando não ocupam esses lugares, mas espaços de grande renome, são em quantidade minoritária e recorrentemente enfrentam uma série de preconceitos que acabam sendo naturalizados.

A mídia não é a responsável pelo racismo, mas ajuda a perpetuá-lo a partir do momento em que defende claramente o padrão de beleza branco [...] Por isso ela contribui para a ratificação de uma imagem negativa da população negra, ajudando a incutir essa inferiorização enquanto verdade (SILVA, 2011: 12).

Justamente por isso, a interseccionalidade se configura como um grande vetor na conquista de espaços de reconhecimento para mulheres negras, pois cria uma vertente feminista que busca intercalar todas as opressões e problematizá-las, sem deixar de mencionar uma questão sequer acerca da ausência de representatividade ou qualquer outra questão discriminatória que diz respeito às mulheres.

De acordo com uma reportagem escrita por Ellen Paes, no ano de 2015, apenas 19% das capas de revistas foram estampadas por mulheres negras, o que aponta um reflexo da sua ausência de representatividade. Nas telenovelas, mulheres negras ainda são hiperssexualizadas ou subestimadas, o que se torna um retrato da realidade social.

Quando as mulheres negras são representadas, isso ocorre de maneira tardia e que parece ocultar os tempos em que elas foram marginalizadas. Embora haja referenciais de mulheres negras na moda, nas indústrias de cosméticos etc., isso parece ocorrer apenas para cumprir uma “cota” de representação, pois a maioria tem um padrão eurocêntrico de beleza. Com base nisso, observamos a necessidade de as mídias abordarem outra realidade para tal parcela social: uma realidade que não reforce estereótipos e preconceitos, mas que rompam com eles.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Sandra dos Santos. **Mídia impressa e educação dos corpos femininos:** In: LOURO, Guacira. Lopes. et. al. (orgs). *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 108-123.
- ARAÚJO, Ariella. S. **A mulher negra no pós abolição.** Revista da ABPN. [S.L], v. 5, n. 9, nov./fev. p. 22-36. 2013.
- ARRAES, Jarid. Geledés. **A carne mais exótica do mercado.** Disponível em: <www.geledes.org.br/a-carne-mais-exotica-do-mercado-por-jarid-arraes/#gs.3pgEjng> Acesso em: 20 ago. de 2015.
- AZERÊDO, Sandra. **Teorizando sobre gênero e relações sociais.** Revista Estudos Feministas. Ano 2, Florianópolis, 2º semestre, p. 203-216. 1994.
- BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía S. **Preconceito e discriminação como expressões de violência.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-140. 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** Trad. MILLIET, Sérgio. Difusão Europeia do Livro, São Paulo. p. 07-309. 4ª ed. 1970.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Impresso no Brasil em 2012.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRITTOS, Valério. C; GASTALDO, Édison. **Mídia, poder e controle social.** ALCEU, v.7, nº. 13, p. 121-133. Jul/Dez. 2006.
- CALDWELL, K. L. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil.** Revista Estudos Feministas, ano 8, Florianópolis, p. 91-107. 2º semestre, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estudos avançados. São Paulo. v. 17, n. 49. Set/Dez. 2003.
- CARVALHO, Rosana. **Após sofrer racismo em rede social, jovem vencedora do Garota Jataí 2015 presta queixa em delegacia.** Disponível em: <panorama.not.br/2015/10/apos-sofrer-racismo-em-rede-social-jovem-vencedora-do-garota-jatai-2015-presta-queixa-em-delegacia/>. Acesso em: jun. 2016.
- CASTRO, Ana Lúcia de. **Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo.** 2ª edição, São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.
- Coletivo Jovem de São Paulo - SP. Disponível em: <enoisconteudo.com.br/>. Acesso em nov. 2015.

DUARTE, Rosana Beatriz Sampaio. **A internet como meio de propagação do racismo afro-brasileiro**. 2006. Monografia acadêmica em Comunicação Social – Jornalismo, Faculdade de Ciências Sociais aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.

G1 Rio. **Atriz Taís Araújo é alvo de comentários racistas em rede social**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/atriz-tais-araujo-e-alvo-de-comentarios-racistas-em-rede-social.html>> Acesso em: jun. 2016.

GOMES, Mara. **Bem-vindos ao Brasil Colonial: a mula, a mulata e a Sharon Menezes**. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2014/01/02/vindos-brasil-colonial-mula-mulata-sheron-menezes/>>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

IANNI, Octavio. **A crise dos paradigmas na Sociologia**. Revista Crítica de Ciências Sociais. UNICAMP. n. 32. p. 195-215. Junho, 1991.

JEFFREY, Alexander C. **O novo movimento teórico**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm>. Acesso em: 25 de dezembro de 2015.

JESUS, Camila. M. De. **Branquidade x Branquitude: uma análise conceitual do ser branco**. III EBECULT - Encontro Baiano de Estudos em Cultura. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>> Acesso em 2 de janeiro de 2016.

LORDE, A. **There's no hierarchy of oppression**. Disponível em: <rizoma.milharal.org/2013/03/03/nao-existe-hierarquia-de-opressao-por-audre-lorde/>. Acesso em de agosto de 2015.

LORDE, Audre. **Ace, race, class and sex: women redefining difference**. In: Sister outsider: essays and speech. Freedom, C.A: crossind press, p. 114-123. 1984.

LOURO, Guacira. Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade - o "normal", o "diferente e o "excêntrico"**. et. al. (org). Corpo, gênero e sexualidade - um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, p. 41-52. 2007.

MELO, Celso Eduardo Santos de. **Racismo e violação dos direitos humanos na internet** – Estudo da lei Nº 7.716/89. 2010. 97 f. Tese de mestrado em Direito, Faculdade de Direito “Largo de São Francisco”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, C. **Palavras de carga**. Disponível em: <blogueirasnegras.org/2013/06/26/palavra-mulata/>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **"Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar"**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras de Salvador, Bahia. 2008. 317 f. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PAES, Ellen. **Mulheres negras na mídia**. Disponível em: <<http://leilas.com.br/a-mulher-negra-na-midia/>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2015.

PENINA, Mayara. **Pesquisa revela que 86% das mulheres pobres não se sentem representadas na mídia.** Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/pesquisa-revela-que-86-das-mulheres-pobres-nao-se-sentem-representadas-na-midia/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

RIBEIRO, Djamila. **As Diversas Ondas do Feminismo Acadêmico.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso em: 04 de outubro de 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro: violências históricas e simbólicas.** Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/feminismo-negro-violencias-historicas-e-simbolicas/#ixzz3jNnj2mdv>> Acesso em 17 de agosto de 2015.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

ROMERO, Jessica. **O complexo de Princesa Isabel na novela "Em família".** Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/05/o-complexo-de-princesa-isabel-na-novela-em-familia/>> Acesso em: 10 de agosto de 2015.

SARTI, A, Cynthia. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisando uma trajetória.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (2), mai./ago, p. 35-50. 2004.

SILVA, Tássia Fernanda de Oliveira. **Representações de mulheres negras na mídia televisiva.** ANAIS ELETRÔNICOS ENILL Encontro Interdisciplinar de Língua e Literatura | 10 a 12 de novembro de 2011 Itabaiana/SE: Departamento de Letras, v. 02, ISSN: 2237-9908. Disponível em: <200.17.141.110/pos/letras/enill/anais_eletronicos/2011/Tassia_Fernanda_de_Oliveira_Silva.pdf> Acesso em: 4 de janeiro de 2016.